

Um breve histórico das atividades extracurricular na formação do enfermeiro enquanto prática acadêmica.

(A brief history of extracurricular activities in the training of nurses as an academic practice)

Andrea da Silva Sampaio

Professora do Centro Universitário Campus Uniandrade

Alice da Silva

Professora do Centro Universitário Campus Uniandrade

Julio César da Silva Correa

FAAM, Mestre no Curso Pedagogia e no de Bacharelado em Ed. Física. Curso de Pedagogia e Ciências Naturais na UFRA PARFOR. Membro da Ordem Pachakuty.

Páginas 124-137

Fecha recepción: 01-08-2017

Fecha aceptación: 01-09-2017

Resumo.

O artigo buscou identificar a importância das atividades extracurriculares (complementares) ao longo da história na formação do enfermeiro como um profissional reflexivo, crítico e humanista. Verificar se as atividades extracurriculares no âmbito do curso de enfermagem consistem em práticas acadêmicas. Reconhecer as diversas formas de construção do conhecimento. Verificar a finalidade da formação do acadêmico se acrescenta conhecimento multidisciplinar. Utilizou-se de uma metodologia qualitativa exploratória bibliográfica do tipo descritivo importante para definir a linha limítrofe considerando a perspectiva científica. Deste modo, a enfermagem vem progredindo significativamente, buscando firmar-se como detentora do saber científico, sem deixar de lado o aspecto humanitário de sua profissão. As raízes históricas desta evolução iniciaram no período colonial com a vinda da família real para o Brasil, que institui aqui o chamado ensino superior. Contudo, o enfermeiro deve permanecer capacitado para atuar, com senso de responsabilidade e cidadania.

Palavras-chave: graduação; enfermagem; currículo; atividade; extracurricular

Abstract.

The article sought to identify the importance of extracurricular (complementary) activities throughout history in the training of nurses as a reflexive, critical and humanistic professional. Verify that extracurricular activities within the nursing course consist of academic practices. Recognize the various forms of knowledge construction. To verify the purpose of the formation of the academic is added multidisciplinary knowledge. We used a descriptive qualitative exploratory bibliographical methodology of the important descriptive type to define the boundary line considering the scientific perspective. In this way, nursing has been progressing significantly, seeking to establish itself as the holder of scientific knowledge, without neglecting the humanitarian aspect of its profession. The historical roots of this evolution began in the colonial period with the coming of the royal family to Brazil, which established here the so-called higher education. However, the nurse must remain qualified to act, with a sense of responsibility and citizenship.

Keywords: university graduate; nursing; curriculum; activity; extracurricular

1.-Introdução..

As atividades extracurriculares no âmbito do curso de enfermagem, consistem em práticas acadêmicas que se constituem sob diversas formas de construção do conhecimento, com a finalidade de enriquecer a formação do acadêmico e de acrescentar conhecimento multidisciplinar (Kletemberg, 2017).

A Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9.394 foi promulgada em 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 53, atribui ao Ministério de Educação e Cultura - MEC, a competência de estabelecer a grade curricular dos seus cursos e programas, por meio das Comissões de Especialistas do Ensino de Graduação, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais (Kletemberg, 2017)

Observa-se que ao ingressar no mundo acadêmico, os universitários do curso de Enfermagem apresentam grandes expectativas com relação ao curso. Acreditam que, ao iniciarem seu estudo de graduação já terão aulas específicas do curso, aulas práticas, porém, quando se deparam com a grade curricular e atividades inerentes ficam decepcionados por que entendem que, por ser a Enfermagem um curso de assistência à saúde, a parte de conhecimento científico inserido no curso acaba não tendo muita importância (Santos, 2017).

Vale ressaltar, que cuidar de um paciente é muito mais do que saber atender aos enfermos. Os alunos, da área de enfermagem, devem receber informações durante o seu período de graduação, que os levem a entender o ser humano como um todo.

Nos primeiros períodos do ensino, as disciplinas devem abordar conteúdos teóricos e experiências práticas para que, a partir do restante do curso, o estudante entre em contato com a realidade de sua área, participando de estágios e de atividades extracurriculares tais que lhe permitam ser colocados no mercado de trabalho como profissionais bem preparados, logo após a graduação.

Considera-se o fato que as participações dos alunos em atividades extracurriculares trazem maior aprendizagem, proporcionam aos participantes o conhecimento supervisionado e a visão dos compromissos que precisarão assumir no exercício profissional, dando-lhes oportunidade de interagir com pacientes e outros profissionais da área, aprendendo e adquirindo, na prática, os conhecimentos que são necessários no seu dia-a-dia e muitas vezes não são expostos em sala de aula.

É necessário que o aluno de graduação de Enfermagem seja preparado para se tornar um profissional qualificado para o exercício da Enfermagem, com base no rigor científico e intelectual, e pautado em princípios éticos. Capaz de conhecer e intervir sobre os problemas e situações de saúde-doença. Nesse sentido, o MEC (Brasil, 2017) resolve:

Art. 7º Na formação do Enfermeiro, além dos conteúdos teóricos e práticos desenvolvidos ao longo de sua formação, ficam os cursos obrigados a incluir no currículo o estágio supervisionado em hospitais gerais e especializados,

ambulatorios, rede básica de serviços de saúde e comunidades nos dois últimos semestres do Curso de Graduação em Enfermagem.

Parágrafo Único. Na elaboração da programação e no processo de supervisão do aluno, em estágio curricular supervisionado, pelo professor, será assegurada efetiva participação dos enfermeiros do serviço de saúde onde se desenvolve o referido estágio.

A carga horária mínima do estágio curricular supervisionado deverá totalizar 20% (vinte por cento) da carga horária total do Curso de Graduação em Enfermagem proposto, com base no Parecer/Resolução específico da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

Art. 8º O projeto pedagógico do Curso de Graduação em Enfermagem deverá contemplar atividades complementares e as Instituições de Ensino Superior deverão criar mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou a distância, a saber: monitorias e estágios; programas de iniciação científica; programas de extensão; estudos complementares e cursos realizados em outras áreas afins.

As Atividades Complementares extracurriculares devem estar consonância com os Pareceres da Câmara de Educação Superior e Conselho Nacional de Educação, que tratam das diretrizes específicas dos cursos de graduação de enfermagem. O cumprimento total da carga horária indicada, permitirá ao aluno uma formação holística, voltada para a realidade do mercado do trabalho.

Este artigo tem como objetivo identificar a importância das atividades extracurriculares (complementares) ao longo da história na formação do enfermeiro, uma vez que esse profissional deve ser reflexivo, crítico e humanista. Devendo estar capacitado a atuar, com senso de responsabilidade e cidadania.

2.-Metodologia.

Esse artigo teve cunho qualitativo, utilizou-se de uma metodologia bibliográfica exploratória que foi importante para definir e descrever a linha limítrofe da pesquisa que se deseja desenvolver, considerando uma perspectiva científica Dane (1990) apud Conforto (2017).

A busca bibliográfica se fundamentou em bases de dados: literatura latino-americana e do Caribe em ciências da saúde (LILACS), National Library of medicine (Medline) e Scientific Electronic Library Online (SciELO).

Para a seleção do material encontrado foram utilizados critérios de inclusão e exclusão apresentados a seguir: critérios de inclusão: artigos científicos nacionais e internacionais, dissertações e teses, artigos científicos publicados na íntegra em português, referentes à prescrição de medicamentos realizados pelos enfermeiros da Atenção Primária disponíveis no Brasil ou por via eletrônica (internet), como

critério de exclusão artigos científicos apresentados em idiomas diferentes dos inclusos na seleção e não os disponíveis no Brasil ou por via eletrônica (internet).

3.-Concepção Histórica dos cursos de enfermagem.

Os primeiros cursos de enfermagem surgiram no Brasil na Primeira República, segundo modelos europeus; entre eles estão: a atual Escola de Enfermagem Alfredo Pinto, da UNIRIO e os cursos da Cruz Vermelha Brasileira.

A enfermagem progrediu significativamente após o surgimento desses cursos buscando firmar-se como detentora do saber científico, sem deixar de lado o aspecto humanitário de sua profissão. As raízes históricas desta evolução ao longo da história do ensino inicia no período colonial com a vinda da Família Real para o Brasil, que institui aqui o chamado "ensino superior", implantado na Faculdade de Medicina da Bahia (1808) (Zarpellon, 2017).

Com isso, o ensino superior no Brasil toma a forma de faculdades ou escolas superiores isoladas. Este modelo perdurou ainda no império e nas fases iniciais da República. O saber transmitido por estas faculdades ou escolas superiores era assim caracterizado: "[...] o conhecimento não é transmitido em moldes criativos e críticos, mas em perspectivas que simplesmente acentuam a subjugação das classes subalternas" (Luckesi 1989, p. 109 apud Zarpellon, 2017).

No ano de 1890 foi criada a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional de Alienados, no Rio de Janeiro, com a finalidade de preparar enfermeiros para os hospícios e hospitais civis e militares (Zarpellon, 2017).

Em 1921, foi criada a portaria de primeiro de setembro, que criou o Regimento Interno da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras e revisou o quadro curricular referente às matérias ali ministradas (Silva, 2017).

No ano 1922 foi fundada a Escola de Enfermeiros, pelo Departamento Nacional de Saúde Pública, regulamentada por meio do Decreto nº 15.799/22, a qual passou a funcionar a partir do ano seguinte. Nessa Escola o curso tinha por objetivo concretizar a formação teórica e prática do enfermeiro, em um curso com duração de 2 anos e quatro meses (Santos, 2017).

Em 1923, o ensino de enfermagem passa ser sistematizado, com base nos princípios científicos do modelo de Florence Nightingale, no século XIX, só teve início no Brasil (Silveira, 2017). A legislação sobre o ensino de enfermagem desde a criação da Escola Anna Nery, compreendendo os currículos de 1923, 1949, 1962 e 1972, revelam que a formação do enfermeiro era centrada no pólo indivíduo/doença/cura e na assistência hospitalar, seguindo o mercado de trabalho específico de cada época (Ito, 2017).

Ao ano de 1926, houve uma reformulação na estrutura curricular referentes às matérias ministradas até então na escola. No ano seguinte (1927), foram realizadas alterações no Regimento Interno da referida escola, havendo também uma nova mudança na grade das matérias ministradas no curso de enfermagem (Silva, 2017).

Em 1930, é criado o Ministério da Educação e Saúde, a Constituição de 1934 estabeleceu a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis do país e, na Constituição de 1937, é introduzido o ensino profissionalizante (Cunha, 1977).

Em 1931, pelo decreto 20109/31 da Presidência da República, a Escola Ana Neri foi considerada oficial, um padrão para todo o país. Em 1937, é considerada instituição complementar da Universidade do Brasil e em 1946, é definitivamente incorporada a esta Universidade (Brasil, 1974).

No ano de 1932, foi aprovado o regulamento para a organização do quadro de Enfermeiras do Exército, determinava a fiscalização da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Brasileira pela diretoria de saúde da guerra, desvinculando o exercício profissional dos enfermeiros por ela formados, das determinações do Dec. 20109/31, que regulava o exercício de Enfermagem no Brasil e fixava as condições para a equiparação das escolas de Enfermagem. Posteriormente o programa foi ampliado para três anos e a escola foi subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, como as demais. Foi equiparada à Escola de Enfermeiras "Ana Neri", conforme Dec. 20209/31, pelo Dec. 24768/48 (Carvalho, 2017).

No ano 1947, havia no Brasil 16 cursos de Enfermagem de nível superior. No período de 1947 a 1964, quando houve a expansão do ensino de Enfermagem, o número de cursos passou a 39, um crescimento de 43,75% em dezessete anos (Leonello, 2017).

Já em 1949 esteve em vigência o currículo da época da implantação da primeira escola. Obedecia o modelo assistencial americano e pretendia cumprir o programa do Departamento Nacional de Saúde Pública - combate às endemias, pelo atendimento ao homem doente e controle dos contatos a domicílio. Seu marco conceitual atendia às metas governamentais e ao mercado de trabalho (Silva et al., 1979 apud Medeiros, 2017).

No ano de 1949 também foi aprovada a lei 775/49, que regulamentou o ensino da enfermagem em todo o território nacional, que tornou obrigatório o vínculo das escolas a um Centro Universitário ou a uma Faculdade de Medicina, que criou o curso de auxiliar de enfermagem e que estipulou auxílio federal às escolas de enfermagem oficialmente reconhecidas, deu um novo impulso à profissão (Baptista, 2017).

De outro modo, a Lei 775/49 evitara elevar imediatamente a escolaridade exigida das candidatas para doze anos, pelo receio de que entre o pequeno contingente de

mulheres de classe média houvesse aquelas que tivessem a aspiração, as possibilidades materiais e o apoio da família para fazer outros estudos. Com a política ministerial de incentivo à organização de universidades, mediante a federalização e aglutinação de instituições de ensino superior, tomou impulso o movimento de ingresso das escolas de enfermagem na universidade (Baptista, 2017).

A expansão do ensino da enfermagem nas décadas de 30,40 e 50 aconteceu a partir de uma realidade social definida, num contexto de acelerados processos de urbanização e industrialização, das quais as políticas educacionais de saúde eram reflexos. Houve um crescimento significativo do número de escolas de enfermagem no país (Medeiros, 2017).

Nestes períodos ocorreram importantes mudanças; no modelo econômico agroexportador para um rápido processo de industrialização, a urbanização é crescente, cresce a demanda dos serviços voltados para a atenção ao doente, aumenta o número de hospitais que passa a necessitar de um maior contingente de profissionais de enfermagem e com melhor qualificação (Medeiros, 2017).

A partir de 1950, com o incremento das indústrias voltado para o complexo médico, o aumento dos laboratórios de medicamentos e de outros empreendimentos tais como: crescimento da população previdenciária; as questões de saúde pública começam a perder a sua importância e a atenção médica hospitalar individualizada torna-se o foco da prestação de serviços, forçando uma mudança na formação do enfermeiro (Zarpellon, e tal, 2017).

Por volta de 1960 as faculdades e as universidades brasileiras assumem a idéia sobre a universidade de Anísio Teixeira, agora representadas e defendidas por seu discípulo Darcy Ribeiro, respaldado na vontade das bases intelectuais do país. Concomitante a isto, é reformulado o currículo de enfermagem pelo Parecer nº. 271/62, de 19 de outubro de 1962, que estabeleceu um curso geral e duas alternativas para especialização. Para o curso geral, o currículo era dado em três anos (Zarpellon, e tal, 2017).

Em 1962, Com currículo mínimo, as disciplinas básicas anatomia, fisiologia, sociologia e enfermagem de saúde pública ficam suprimidas. Neste currículo verifica-se uma carga horária de 2430 horas para o curso geral e 3240 horas com a especialização, sendo necessário registrar só 10% das horas fixadas para o curso como estágios. Com esta resolução, os educadores de enfermagem da época se revoltam (Zarpellon, e tal, 2017).

Cabe ressaltar que, em 1964, com o golpe de Estado e a implantação da ditadura militar, novamente forças contrárias às renovações das idéias e à criação de uma universidade brasileira interrompem o desenvolvimento deste processo sob jugo do autoritarismo, com o "patrulhamento" do que ali era ensinado (Zarpellon, e tal. 2017).

No ano 1968 ocorreu a reforma universitária, de acordo com a Lei 5.540/68 que define conjunto normativo inteiramente inédito para a estruturação e o funcionamento das universidades e demais instituições de ensino superior, passando a requerer padrões inteiramente novos (para quem ainda não havia se consolidado, em termos institucionais) de regulação acadêmica e administrativa (Trigueiro, 2017).

Com Reforma Universitária de 1968, a universidade brasileira sofreu uma reforma administrativa que implantou os institutos centralizados e os departamentos como unidades administrativas com lotação de pessoal e de recursos materiais próprios, que congregavam um conjunto de disciplinas afins, correspondentes a determinadas áreas de conhecimento (Salles, 2017).

A Reforma Universitária organiza a carreira docente, as cátedras foram extintas sendo substituídas pelo professor titular, com exigência de titulação de mestre, doutor ou livre-docente. As escolas de enfermagem deveriam atender à exigência de qualificação do corpo docente através da obtenção dos referidos títulos. Determinando que algumas escolas de enfermagem acelerassem o processo de implantação de seus cursos de pós-graduação *stricto sensu* (Salles, 2017).

A maioria dos docentes universitários não tinha formação acadêmica em nível de mestrado. Assim, a partir de 1968 ocorre a abertura de concursos para a obtenção de títulos de doutor e de livre-docente, na EEAN- UFRJ (Salles, 2017)

A Reforma Universitária de 1968 teve um impacto significativo na retomada do crescimento do ensino superior em Enfermagem, estimulando o aumento no número de vagas e o surgimento de novas escolas. Enquanto no período de 60 até meados da década de 70, foram criadas apenas duas escolas de Enfermagem, inseridas em Universidades e vinculadas ao Governo Federal, o período subsequente, que vai de 1975 até 1977, registrou a criação de 22 novos cursos de Enfermagem, 19 deles em universidades: 14 em universidades federais, dois em universidades estaduais e três em universidades particulares (Leonello, 2017).

Rompe-se com o modelo das "cátedras", associa -se o ensino à pesquisa, introduz-se novas atividades acadêmicas, como a extensão e o ensino especial, e definem-se regras próprias para a carreira docente, para o acesso do aluno a esse nível da educação e para a organização dos currículos (Trigueiro, 2017).

O Parecer 163/72, e a Resolução 4/72, ambos do Conselho Federal de Educação (CFE), apenas reforçam a tendência anterior o aprimoramento da atenção curativa em detrimento de uma preocupação com os problemas básicos de saúde. Assim prossegue o ensino de enfermagem: concentrando sua atenção nas clínicas especializadas, com vistas a dominar, cada vez mais, as "técnicas avançadas em saúde", em razão da evolução científica; isso é o que preconiza a parte introdutória daquele parecer. Em contrapartida, os problemas da grande maioria da população, nessa área, encontram-se no âmbito da saúde públicas (Gennano, 2017).

Nos anos 80, o Movimento da Reforma Sanitária, que vem ganhando adeptos e se fortalecendo desde a década de 70, amplia esse debate e, na enfermagem, abre novas perspectivas em torno do tema da formação profissional, incluindo não somente o nível de graduação mas, igualmente, o nível médio (Gennano, 2017).

Na década de 80, diverge, substancialmente, de outros momentos anteriores, em que o pensamento conservador dominava sua produção intelectual, conforme comprovam vários estudos realizados nesses últimos vinte anos vale acrescentar que a dimensão conservadora não se restringe apenas a essa produção; igualmente, se estende ao ensino e à prática profissional (Leonello, 2017).

Foi, no entanto, na década de 90, que a necessidade de mudanças curriculares se tornaram mais expressiva, em decorrência substancialmente da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Os fóruns nacionais, especialmente os Seminários Nacionais de Diretrizes para a Educação em Enfermagem, voltaram-se para a discussão sobre a reorientação da formação de enfermeiros, envolvendo a Associação Brasileira de Enfermagem (ABEn), docentes e estudantes das escolas e cursos de graduação em Enfermagem e enfermeiras dos serviços de saúde (Santos, 2017).

No ano de 1993, o currículo do Curso de Enfermagem e Obstetrícia produto do movimento de reestruturação curricular foi aprovado pela Resolução no22 do CEPE, de 26 de agosto de 1993. O novo currículo perfazia o total de 3.825 horas distribuídas em ensino teórico/prático e 765 horas de estágio, incluindo a preceptoria do enfermeiro do serviço, cenário das atividades de aprendizagem (Santos, 2017).

No ano de 1994 os desdobramentos dos esforços para adequar o currículo às mudanças propostas pelo SUS, somados às discussões nos seminários loco regionais e nacional apresentadas pela ABEn, foram essenciais para a formulação do Parecer do Conselho Federal de Educação no 314/ 94. Já os fóruns nacionais de discussão sobre a mudança curricular de enfermagem foram definidores de parâmetros e diretrizes para a formação do profissional consoante com os princípios doutrinários e administrativos do SUS (Santos, 2017).

A partir de 1994 principalmente, depois de 1996, com publicação da Lei de Diretrizes e Bases. Demonstram também que o ensino está hegemonicamente concentrado em IES privadas. Em relação à organização acadêmica, embora o modelo de universidade ainda seja predominante, há cursos distribuídos em outros formatos institucionais, como faculdades e centros universitários, à semelhança do que ocorre no país em todo o ensino superior (Leonello, 2017).

Em 1996, a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outros aspectos, possibilitou a flexibilização dos currículos e a expansão de cursos e vagas no ensino superior. A LDB reconheceu a heterogeneidade do sistema, admitindo IES de diferentes formatos acadêmicos A LDB/96 foi promulgada no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), em complementação à

Constituição Federal Brasileira (CFB), atendendo à orientação neoliberal vigente no país (Santana, 2017).

No ano 1997 CNE/CES, aprovou o Parecer 776/97, com o propósito de servir de orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação, definindo ali que as referidas diretrizes devem "se constituir em orientações para a elaboração dos currículos; ser respeitadas por todas as IES; e assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes (Brasil, 2017).

Em 2001 O conjunto disposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Graduação em Enfermagem aborda o perfil do formando egresso/profissional (Art. 3º), as competências e habilidades gerais e específicas para a formação do enfermeiro (Art. 4º e 5º, respectivamente), os conteúdos essenciais para o curso (Art. 6º), a obrigatoriedade do estágio supervisionado (Art. 7º), as atividades complementares (Art. 8º), além de incisos que fazem referência ao projeto Político Pedagógico, à organização do curso, ao acompanhamento e à avaliação, entre outros aspectos (Art. 9º, Art. 11º, Art. 14º) (Brasil, 2017).

Segundo essas Diretrizes, os conteúdos devem contemplar as Ciências Biológicas e da Saúde; as Ciências Humanas e Sociais: as Ciências da Enfermagem, com fundamentos de Enfermagem, assistência de Enfermagem, administração de Enfermagem, ensino de Enfermagem. Foram abolidos os percentuais estabelecidos na Portaria nº 1.721/94, que não tratavam especificamente da formação em Enfermagem (Brasil, 2017).

A organização do curso passou a ser definida pelo seu Colegiado, que pode ter como modalidades seriada anual, seriada semestral, sistema de créditos e modular. Tal como na Portaria nº 1.721/94, as Diretrizes orientam os acadêmicos que, no curso de graduação em enfermagem devem realizar os estágios curriculares, com carga horária de, no mínimo 20% do total do curso (Brasil, 2017).

Uma inovação inserida nas Diretrizes foi a introdução das atividades complementares, com no mínimo de 200 horas, para todo o curso, sendo consideradas como disciplinas extracurriculares, as atividades voltadas para os projetos de pesquisas, monitoria, participação em programas voluntários, visitas orientadas em comunidades, hospitais, unidades de saúde, centro especializados, cursos de atualizações, além de participações em atividades científicas, ficando ao critério das instituições de ensino superior e da sua Coordenação do Curso de Enfermagem a elaboração de critérios para atingir os objetivos do curso (Brasil, 2017).

4.-Discussão dos Resultados.

No que diz respeito à formação do enfermeiro, o ensino sofreu visíveis mudanças, ao longo dos anos, pela constante implementação dos curriculares dos cursos de

graduação e por discussões de propostas pedagógicas, influenciado pela evolução do contexto histórico e social da sociedade brasileira.

Tabela 01: Evolução histórica para o curso de Enfermagem no Brasil.

Histórico Ano	= Evoluções no processo educacional do Curso de Enfermagem
1980	Criada a Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras do Hospital Nacional de Alienados
1921	Criada a portaria de primeiro de setembro, que criou o Regimento Interno da Escola Profissional de Enfermeiros e Enfermeiras
1922	Fundada a Escola de Enfermeiros, pelo Departamento Nacional de Saúde Pública
1923	O ensino de enfermagem passa ser sistematizado, com base nos princípios científicos do modelo de Florence Nightingale,
1926	Reformulação na estrutura curricular referentes às matérias ministradas até então na escola.
1930	Criado o Ministério da Educação e Saúde, a Constituição de 1934 estabeleceu a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que coordenasse e supervisionasse as atividades de ensino em todos os níveis do país
1931	A Escola Ana Neri foi considerada oficial,
1932	Aprovado o regulamento para a organização do quadro de Enfermeiras do Exército, determinava a fiscalização da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha
1947	16 cursos de Enfermagem de nível superior. No período de 1947 a 1964, quando houve a expansão do ensino de Enfermagem,
1949	Vigência o primeiro currículo da época da implantação e regulamentação do ensino de Enfermagem no país.
1950	O incremento das indústrias voltado para o complexo médico, o aumento dos laboratórios de medicamentos e de outros empreendimentos
1960	Faculdades e as universidades brasileiras assumem a idéia sobre a universidade de Anísio Teixeira, agora representadas e defendidas por seu discípulo Darcy Ribeiro, respaldado na vontade das bases intelectuais do país. Concomitante a isto, é reformulado o currículo de enfermagem
1962	Instituído o currículo mínimo, as disciplinas básicas anatomia, fisiologia, sociologia e enfermagem de saúde pública ficam suprimidas.
1964	O golpe de Estado e a implantação da ditadura militar, novamente forças contrárias às renovações das idéias e à criação de uma universidade brasileira interrompem o desenvolvimento
1968	Ocorreu a reforma universitária, de acordo com a Lei 5.540/68
1970	Foram criadas apenas duas escolas de Enfermagem, inseridas em Universidades e vinculadas ao Governo Federal
1980	O Movimento da Reforma Sanitária, que vem ganhando adeptos
1990	A necessidade de mudanças curriculares se tornaram mais expressiva, em decorrência substancialmente da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS).
1993	O novo currículo do Curso de Enfermagem e Obstetrícia produto do movimento de reestruturação curricular foi aprovado pela Resolução no22 do CEPE, de 26 de agosto de 1993.
1994	Os desdobramentos dos esforços para adequar o currículo às mudanças propostas pelo SUS
1996	A aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), entre outros aspectos, possibilitou a flexibilização dos currículos e a expansão de cursos e vagas no ensino superior.
1997	CNE/CES, aprovou o Parecer 776/97, com o propósito de servir de orientação para as Diretrizes Curriculares dos Cursos de Graduação
2001	O conjunto disposto nas (DCN) para o Curso de Graduação em Enfermagem aborda o perfil do formando egresso do profissional as competências e habilidades gerais e específicas para a formação do enfermeiro.

Fonte: A própria pesquisa (2017).

Deste modo, verificou-se significativas mudanças no que diz respeito aos cursos bem como, ao perfil dos enfermeiros, formados em decorrência uma transformação político econômico e social da educação e da saúde no Brasil. (Ito, 2017).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação (DCN) visam proporcionar às Instituições de Ensino Superior (IES) um direcionamento para a implantação e a implementação dos projetos político pedagógicos não eram fórmulas prontas já que o contexto sócio-político cultural que envolve cada IES fala mais alto e exige inovadoras formas de saber, fazer e ser (Santana, 2017).

Para que houvesse mudança foi necessário a aprovação de um parecer no ano 1997 para constituir em orientações para a elaboração dos currículos; ser respeitadas por todas as IES; e assegurar a flexibilidade e a qualidade da formação oferecida aos estudantes Entendendo ainda que as novas diretrizes curriculares deveriam contemplar elementos de fundamentação essencial em cada área do conhecimento, campo do saber ou profissão, visando promover no estudante a capacidade de desenvolvimento intelectual e profissional autônomo e permanente (Fernandes, 2017).

Com implantação da DCN os cursos de enfermagem iniciaram a discussão com relação Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Enfermagem (DCENF), publicadas oficialmente na Resolução CNE/CES N° 03 de 7/11/2001. Tiveram sua materialidade concretizada, a partir de propostas que emergiram da mobilização das(os) enfermeiras(os), através da sua associação de classe, de entidades educacionais e de setores da sociedade civil interessados em defender as mudanças da formação na área da saúde (Fernandes, 2017).

Os movimentos por mudanças na educação em enfermagem, explicitavam a necessidade do compromisso com princípios da Reforma Sanitária Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS). O grande desafio que é o de formar enfermeiras(os) com competência técnica e política, como sujeitos sociais dotados de conhecimento, de raciocínio, de percepção e sensibilidade para as questões da vida e da sociedade, capacitando-as(os) para intervirem em contextos de incertezas e complexidade (Fernandes, 2017).

5.- Conclusão.

A retrospectiva histórica permite a análise dos fatos ocorridos de maneira crítica e reflexiva, procurando respostas a questionamentos que permeiam a prática contemporânea da Enfermagem (Kletemberg e Siqueira, 2017)

O que pode se notar o longo da história foi uma evolução nos currículos da enfermagem. Com a aprovação das diretrizes e bases educacionais surge novos

mecanismos de aproveitamento de conhecimento como atividades extracurriculares que possibilitou a flexibilização dos currículos e a expansão de cursos.

Conforme as Legislação das Diretrizes Curriculares (1996) as atividades extracurriculares traduzem-se em mecanismos de aproveitamento dos conhecimentos adquiridos pelo estudante por meio de monitorias, estágios, iniciação científica, extensão, participação em eventos científicos e culturais ou em programas e cursos oferecidos por organizações empresariais, elas não podem apenas se somar ao curso, mas interagir com as demais atividades de formação desenvolvidas, tornando se essenciais para que os estudantes aprendam a construir o próprio conhecimento, sabendo tomar decisões e responder por elas, adquiram ética profissional, desenvolvam comportamento empreendedor, entre outras competências (Brasil, 2017) .

Mas para que a LDB 96 fosse impactante foi necessário mudanças que foram asseguradas pelo parecer 776/97, que assegurava às instituições de ensino superior ampla liberdade na composição da carga horária a ser cumprida para a integralização dos currículos, indicando os tópicos ou campos de estudo e demais experiências de ensino-aprendizagem que comporão os currículos, orienta evitar o prolongamento desnecessário da duração dos cursos de graduação, incentiva uma sólida formação geral, necessária para que o futuro graduado pudesse vir a superar os desafios de renovadas condições de exercício profissional e de produção do conhecimento, permitindo variados tipos de formação e habilitações diferenciadas em um mesmo programa, estimular práticas de estudo independente, encorajando o reconhecimento de conhecimentos, habilidades e competências adquiridas fora do ambiente escolar, inclusive as que se referiram à experiência profissional julgada relevante para a área de formação considerada fortalecendo a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão; Incluir orientações para a condução de avaliações periódicas que utilizem instrumentos variados e sirvam para informar a docentes e a discentes acerca do desenvolvimento das atividades didáticas (Brasil, 2017).

A partir do ano de 2001 as atividade extracurricular se tornam obrigatória para os cursos de graduação em Enfermagem. Em virtude das normas legais, os projetos pedagógicos dos cursos de graduação passaram por uma reformulação, inclusive na Enfermagem.

Os movimentos por mudanças na educação em enfermagem, explicitavam a necessidade do compromisso com princípios da Reforma Sanitária Brasileira e do Sistema Único de Saúde (SUS). O grande desafio que é o de formar enfermeiras(os) com competência técnica e política, como sujeitos sociais dotados de conhecimento, de raciocínio, de percepção e sensibilidade para as questões da vida e da sociedade, capacitando-as(os) para intervirem em contextos de incertezas e complexidade (Fernandes, 2017).

As participações dos alunos em atividades extracurriculares trazem maior aprendizagem, proporcionam aos participantes o conhecimento supervisionado e a visão dos compromissos que precisarão assumir no exercício profissional.

As experiências a formação do aluno em enfermagem que não são fornecidas pelo curso por si próprio. Levando em conta a flexibilidade que o aluno possui durante a semana fora do horário de aula, o intuito de uma atividade extracurricular é contribuir para o crescimento social e profissional do estudante.

Aumentar a compreensão e a habilidade do estudante em temas específicos através de cursos de extensão estão contidos tanto os propriamente denominados quanto outras modalidades de mediação do processo de ensino aprendizagem, por meio da abordagem didática de uma sequência logicamente estruturada de conteúdo, designados por cursos complementares, oficinas, seminários bibliográficos, e visitas orientadas

As atividades extracurriculares, presentes nas estruturas da matriz curricular do curso de graduação de enfermagem, são ações pedagógicas que têm como principal objetivo o aprofundamento das temáticas estudadas, o enriquecimento das vivências acadêmicas e o desenvolvimento das potencialidades individuais.

Essas atividades extracurriculares possibilitam uma relação de comunicação entre a comunidade acadêmica à medida que promovem a troca do conhecimento, construído em ambiente acadêmico com o conhecimento proveniente da realidade, oferecendo uma visão ampla e global, respeitando os princípios ético-bioéticos e culturais do indivíduo e da coletividade.

6.- Bibliografia.

- Baptista, S. de S., Barreira, L. de A. (2017). *Enfermagem de nível superior no Brasil e vida associativa*. *Rev. bras. Enferm.* [Online]. 2006, vol.59. Recuperado de: <http://dx.doi.org/>.
- Brasil, Câmara de educação superior. (2017). *Parecer CES/CNE 583/2001 homologado em 04/04/2001*. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0583.pdf>.
- Brasil, Parecer nº. 271 de 19 de outubro de 1962. (1974). *Enfermagem, legislação e assuntos correlatos*. Dispõe sobre o currículo mínimo do curso de enfermagem. In: Ministério da Saúde (BR). *Fundação Serviços de Saúde Pública*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ministério da Saúde.
- Brasil, Conselho Nacional de Educação. (2017). *Parecer CNE/CES, nº. 1.133/2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Enfermagem, Medicina e Nutrição* MEC. Recuperado de: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/ces1133.pdf>.
- Fernandes, J.D. et al. (2017). *Diretrizes curriculares e estratégias para implantação de uma nova proposta pedagógica*. *Rev. Esc. Enferm. USP* [online]. vol.39. Recuperado de: http://dx.doi.org.

- Fernandes, J.D. (2017). Diretrizes curriculares e estratégias para implantação de uma nova proposta pedagógica. *Rev. esc. Enferm. USP* [online]. vol.39. Recuperado de: <http://dx.doi.org>.
- Ito, E.E.P., et al. (2017). O ensino de enfermagem e as diretrizes curriculares nacionais: utopia x realidade. *Rev. esc. enferm. USP* [online]. Vol.40. Recuperado de: <http://dx.doi.org>.
- Leonello, V. M.; Miranda N.; Manoel V.; Oliveira, M. A. de C. (2017). A formação superior de Enfermagem no Brasil: uma visão histórica. *Rev. Esc. Enferm. USP* [online]. Vol.45. <http://dx.doi.org>.
- Santana, F.R, et al. (2017). Diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em enfermagem: uma visão dialética. *Revista Eletrônica de Enfermagem, Goiânia, v. 7, n. 3, dez.* Recuperado de: <https://www.revistas.ufg.br/fen/article/view/904/1101>.
- Santos, C.E., Leite, M.J.L. (2017). O perfil do aluno ingressante em uma universidade particular da cidade de São Paulo. *Rev Bras Enferm.* v. 59, n. 2. Recuperado de: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle>.
- Gurgel, L.G.F. (2017). *Perfil dos discentes ingressos e evasão escolar nos cursos do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco.* Dissertação. UFP. Recife. Recuperado de: <http://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle>.
- Santos, S.S.C. (2017). Currículos de enfermagem do Brasil e as Diretrizes- Novas expectativas. *Revista Bras Enfermagem*, v. 56, n. 4. Recuperado de: <http://www.scielo.br/pdf>.
- Silva, E.S. (2017). *Percepção da influência da prática de projetos extracurriculares.* Recuperado de: <http://br.monografias.com/trabalhos3/>.
- Trigueiro, M.S.G. (2017). *Digital observatory for higher education in Latin America and the Caribbean iesalc reports available.* Recuperado de: www.iesalc.unesco.org.ve.
- Salles, E.B., Barreira, I.A. (2017). *Formação da comunidade científica de enfermagem no Brasil. Texto contexto - enferm.* [Online]. 2010, vol.19, n.1. Recuperado de: <http://dx.doi.org>.